

Sumário Econômico



O Brasil rumo à abertura comercial

No dia 8 de agosto, a Fecomércio-SP organizou a palestra O Brasil Rumo à Abertura Comercial, na sua sede, para que o público pudesse assistir ao secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Troyjo.

O secretário contextualizou sua fala invocando Brasil e China há 40 anos, quando o Produto Interno Bruto (PIB) desses países era muito próximo em valor e a China possuía população dez vezes maior do que a brasileira. A China apresentava-se dez vezes mais pobre que o Brasil. Hoje, ela revela um PIB de US\$ 13,5 trilhões. E, se continuar crescendo a 5,5% a.a. até 2030, ultrapassará os Estados Unidos. Enquanto isso, o Brasil ficou para trás. Isso se deveu pela opção estratégica daquele país de crescer através do comércio exterior, principalmente a partir de 1978. Porque de 1949 a 1978 a economia chinesa fracassou retumbantemente.

Por isso, o comércio exterior pode ser interpretado sendo a mola propulsora dos países que se deslançaram no mundo como nações comerciais: China, Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Coreia do Sul, entre outros. O desempenho do comércio exterior das economias passivas, como Brasil, México, Argentina, Uruguai, entre outras, revela a baixa exposição do seu mercado interno à concorrência de produtos internacionais.

Nas nações comerciais, não existe divórcio entre política econômica e política comercial. As estruturas de governo, as agências e os ministérios, por exemplo, atuam concatenadamente, focando suas políticas levando-se em conta a inserção da economia no resto do mundo e o papel do comércio exterior. Tal movimento pouco aconteceu no Brasil, no México, na Argentina e no Uruguai – só para citar.

O momento atual do Brasil é único para se pensar e atuar de maneira diferente, com o governo agindo com

consenso, coesão e coordenação. Isso somente será possível porque o ministro da Economia indicou/escolheu secretários e presidentes das estatais, pessoas que serão responsáveis pela execução das políticas econômicas e comerciais, graças à boa aproximação entre os órgãos, à sintonia e à coordenação das políticas econômicas e comerciais.

Assim, a expressão inserção comercial deve ser mais empregada do que abertura comercial. O desafio brasileiro vai ser a própria abertura econômica, a conjuntura, a estrutura e a missão do País. Já a disputa pelos mercados vai depender bastante de como os países irão se inserir nas cadeias globais de geração de valor, aplicando de forma mais vantajosa os recursos tecnológicos e os fatores de produção. Nesse contexto, o Brasil vem se reestruturando, removendo entraves, objetivando participar melhor da competição global.

Recentemente, o País fez a abertura negociada com os países da União Europeia. Logo, poderá ter grandes vitórias operando com o mercado europeu. Não bastasse, muitas negociações comerciais vêm sendo feitas com outros países, oportunizando mercados como o do Japão, da Coreia do Sul e do México.

No cenário internacional que se vislumbra, as perspectivas brasileiras não são todas ruins. Pelo contrário, pois o brasileiro é criativo e empreendedor, apesar de ainda agregar pouco valor no seu desempenho produtivo. Mesmo assim, ainda que o mundo se apresente depois em uma nova fase de reglobalização, na medida em que a guerra comercial produza menos estragos, os processos de disseminação da automação com a quarta revolução industrial, a digitalização, a inteligência artificial e o 5G podem levar o Brasil a uma melhor inserção no mercado global, graças ao desenvolvimento dos seus aspectos mais positivos.

O comércio em 2019

O setor do comércio varejista vem mostrando resultados positivos ao longo do ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O volume do comércio ampliado teve crescimento mensal negativo apenas em fevereiro (-0,5%); nos outros meses até junho, vem acumulando resultados positivos, tanto que, no somatório do primeiro semestre, a oscilação foi de +3,2%. Nesse período, a categoria com maior evolução foi a de veículos e motos, partes e peças, com crescimento de +11,0%. Já o destaque negativo ficou para livros, jornais, revistas e papelaria (-27,0%). Embora o número tenha sido positivo, deve-se observar que, no primeiro semestre de 2018, o crescimento foi mais intenso, de +5,8%. No acumulado em 12 meses, o resultado do setor este ano teve um aumento de +3,7%, 1,3 ponto percentual abaixo do resultado de 2018, +5,0%, entretanto bem próximo da expansão de 4,0% de 2017. Mesmo com ritmo mais lento, caso continue nessa inclinação positiva, será o terceiro ano com crescimento.

Em relação à receita dos varejistas, desde março de 2017 (-0,3%) que não há uma queda mensal nesse indicador. No primeiro semestre, ele cresceu +6,3%, quase próximo à taxa +6,6% do mesmo período de 2018, mostrando que, no tocante à receita, o ritmo de crescimento não foi muito impactado. Nos últimos 12 meses terminados em junho, pode-se considerar que o resultado foi até melhor do que em 2018, dado que neste ano este indicador cresceu +6,8%, enquanto em 2018 a oscilação foi de +6,1%. A categoria com maior evolução em seu faturamento no semestre foi a

de veículos e motos, partes e peças, +11,8%, já a com maior queda foi a de livros, jornais, revistas e papelaria, -23,4%. Em ambos os casos, houve uma forte correção com o aumento e a redução do seu volume de negociações, conforme números vistos anteriormente.

Apesar desses resultados positivos, os empresários ainda não estão muito dispostos a contratar, já que dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostraram redução no quadro de funcionários do comércio. No primeiro semestre, houve a demissão líquida de 89 mil empregados, o que representa uma queda de -1,0% no estoque de pessoal ocupado. Entretanto, considerando a análise dos últimos 12 meses, o setor ainda possui uma taxa positiva de +1,2%. Uma taxa similar à vista no ano de 2018, quando houve contratação líquida de 107 mil funcionários. Sobre a evolução mensal, no ano, houve três meses com queda na contratação, sendo que em maio a redução no emprego formal foi de -0,1% e em junho houve estabilidade. Esse comportamento mostra uma melhora em relação ao ano anterior, já que em maio do ano passado a queda foi similar (-0,1%) e em junho foi mais intensa (-0,2%).

O varejo mostrou estabilidade em junho, porém sua evolução indicou que este ano tende a ser positivo para o setor. Mesmo que não consiga vender tanto quanto em 2018, suas taxas tendem a ser positivas e podem alcançar patamares melhores do que em 2017. O desemprego continua impactando o setor, entretanto sua tendência indica melhora em relação ao ano passado.

Inflação de julho fica em 0,19% e força redução das expectativas da Selic para 5%

Apesar de ter apresentado avanço em comparação a junho (0,01%), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em julho ficou em 0,19%, sendo o menor resultado para o mesmo mês desde 2014, quando registrou 0,01%, de acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O destaque negativo, ou seja, que puxou a inflação para cima no mês, foi a energia elétrica residencial, com as contas de luz ficando em média 4,48% mais caras para o consumidor. Isso porque, além de ter tido a bandeira tarifária amarela, alguns estados, como São Paulo, Curi-

tiba e Porto Alegre, tiveram reajustes nas tarifas de energia elétrica.

Como energia elétrica pertence ao grupo de habitação, este foi, entre todos os grupos, o responsável por ter elevado a inflação mensal, com alta de 1,2%. Em sentido contrário, o grupo de vestuário apresentou a maior variação negativa (-0,52%), influenciado por uma queda no subitem de roupas femininas (-1,39%). O grupo de transporte também impediu o aumento do indicador, com deflação de 0,17%, impulsionado pelos combustíveis, com variação negativa de 2,17%.

Quanto à variação acumulada no ano, esta registrou 2,42%. Já a acumulada em 12 meses obteve elevação de 3,22%, desacelerando em relação aos 3,37% registrados no acumulado até junho. Com isso, a inflação permaneceu abaixo da meta perseguida pelo Banco Central (Bacen) neste ano, de 4,25%, com margem de 1,5 ponto percentual.

A falta de consumo tem refletido sobre esses resultados do IPCA, já que, se não fosse pelo aumento dos preços da energia elétrica, a inflação teria sido menor.

Esse resultado fraco é o principal responsável pelas expectativas de mercado divulgadas pelo Boletim Focus sobre a taxa de juros básica da economia, Selic, terem sido

reduzidas para abaixo de 5% já em agosto. Mesmo já estando no menor patamar da série histórica (6%), alguns especialistas acreditam que ainda há espaço para mais reduções, reforçando o parecer de que a economia do País ainda está com dificuldades de recuperação.

Com isso, uma vez que a reforma da Previdência fora aprovada, o cenário externo vem se mostrando um fator elementar no sentido de preocupação no momento, devido à Argentina e à tensão entre Estados Unidos e China. Nessa guerra comercial, coexiste também o risco de uma guerra cambial, o que pode vir a direcionar movimentos futuros do Bacen para estimular a economia ao longo do ano.

Safra 2018/2019 deve ser recorde

O agronegócio brasileiro, responsável em grande parte pelo início da recuperação econômica brasileira em 2017, continuará como um dos protagonistas no cenário internacional.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou a safra brasileira de grãos relativa ao ciclo 2018/2019, encerrado em 30 de junho, e confirmou a produção recorde para este ano. O País deverá colher 241,3 milhões de toneladas, incremento de 6%, correspondendo a 13,7 milhões de toneladas, quando comparada à safra anterior. A área plantada está prevista em 63 milhões de hectares, 2% sobre o mesmo período anterior.

A produção de milho continua sendo responsável pelo reajuste positivo nas previsões. De acordo com a Conab, a primeira safra deve ficar em 26,2 milhões de toneladas, uma redução de 2,1% em relação à safra passada. Quanto à segunda safra, o milho terá uma produção recorde de 73,1 milhões de toneladas, montante superior em 35,6% a mais em relação à safra de 2017/2018. A colheita foi intensificada e estende-se a 84% da área plantada.

O algodão é outro destaque da safra 2018/2019, em que o País deverá colher quatro milhões de toneladas de algodão em caroço e 2,7 milhões de toneladas de pluma, 34,2% a mais que na safra passada. A Conab revisou para cima (0,74%), em agosto ante julho, os números para a fibra natural. No levantamento anterior, de julho, a estatal previa a colheita de 2,68 milhões de toneladas.

Em relação à safra de trigo, foi revisada para baixo. Nos números divulgados pela Conab em julho, o Brasil deveria colher 5,5 milhões de toneladas do cereal de inverno. Hoje, a previsão é de 5,4 milhões de toneladas, volume 1,81% inferior.

Já o arroz tem produção estimada em 10,4 milhões de toneladas, um recuo de 13,6%. O estudo aponta como causa as reduções de áreas do cereal nos principais estados produtores.

O feijão da primeira safra teve um recuo de 22,5% na produção e deve alcançar 996,4 mil toneladas, em decorrência da queda de área e da produtividade no Paraná, em Minas Gerais e na Bahia. Já o feijão de segunda safra, com a colheita praticamente concluída, deve render 7,2% a mais em relação à 2017/2018, para 1,3 milhão de toneladas, em função do clima favorável, segundo a Conab. O feijão da terceira safra, por sua vez, deve crescer 20,5% em volume, com produção de 729,6 mil toneladas e plantio finalizado em julho.

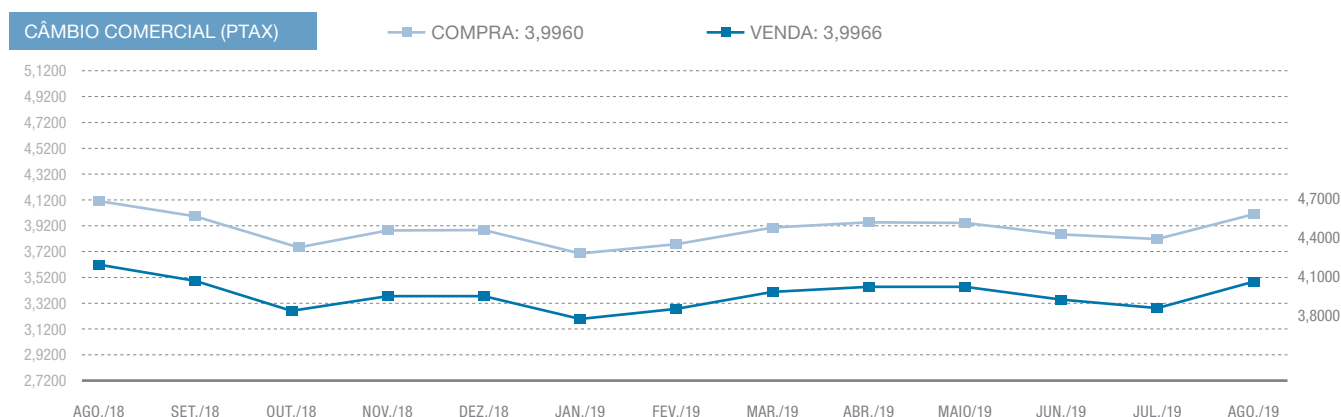
Em relação à área plantada, as culturas que tiveram incremento foram a de milho de segunda safra, com área total de 12,4 milhões de hectares; a de soja, com 35,9 milhões de hectares; e a de algodão, com 1,6 milhão de hectares. Com relação às culturas de inverno, para o trigo, estima-se uma área de 1,99 milhão de hectares, ou seja, 2,6% menor que em 2018.

As demais culturas (aveia, canola, centeio, cevada e triticale) apresentam aumentos na área de plantio, passando de 546,5 mil hectares na safra anterior para 552,2 mil hectares na safra atual. De acordo com o levantamento, as geadas ocorridas no início de julho, sobretudo no Paraná, demandam maior monitoramento das lavouras.

A partir de meados da década de 1960 até o final da década de 1980, a agricultura brasileira atravessou um forte processo de transformação, crescendo a taxas expressivas, alterando suas fontes de crescimento. Nesse período de transformações, as produtividades da terra e do trabalho passaram a fazer parte da dinâmica de crescimento do setor.

INDICADORES ECONÔMICOS

DISCRIMINAÇÃO	MAIO DE 2019	JUNHO DE 2019	JULHO DE 2019	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)	
				ACUMULADO NO ANO	ÚLTIMOS 12 MESES
IPCA (%) (IBGE)	0,13	0,01	0,19	2,42	3,22
INPC (%) (IBGE)	0,15	0,01	0,10	2,55	3,16
IGP (M) (%) (FGV)	0,45	0,80	0,40	4,79	6,39
IGP (DI) (%) (FGV)	0,40	0,63	-0,01	4,39	5,56
IPC Fipe	-0,02	0,15	0,14	2,22	3,79



PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO – VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO

JUNHO DE 2019 – VAR. (%)	MÊS ¹	MENSAL ²	ANO	12 MESES	2018
1) Comércio Varejista	0,1	-0,3	0,6	1,1	2,3
Combustíveis e lubrificantes	-1,4	0,5	-0,1	-2,1	-4,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,0	0,7	-0,3	1,0	3,8
- Hipermercados e supermercados	-0,1	1,0	0,2	1,4	4,0
Têxteis e vestuário	1,5	-1,1	-0,4	-0,1	-1,4
Móveis e eletrodomésticos	-1,0	-6,5	-1,1	-2,0	-1,3
- Móveis	-	-1,2	3,3	-0,4	-3,3
- Eletrodomésticos	-	-8,6	-2,7	-2,7	0,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	0,3	5,0	6,2	6,1	5,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,8	-26,2	-27,0	-24,6	-14,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-2,4	-8,8	-0,1	0,3	0,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,1	-0,8	4,4	6,0	7,6
3) Materiais de Construção	-1,2	-3,6	3,8	3,0	3,5
2) Veículos e Motos, Partes e Peças	3,6	10,0	11,0	12,4	15,1
4) Comércio Varejista Ampliado (1+2+3)	0,0	1,7	3,2	3,7	5,0

¹ Variação (%) contra o mês anterior, dados com ajuste sazonal.

² Variação (%) contra o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: IBGE

CALENDÁRIO DE INDICADORES ECONÔMICOS

Agosto de 2019

Dia	Indicador/Pesquisa	Fonte
15	IGP-10	FGV
16	IPC-S Q2	FGV
21	Expectativa da Inflação	FGV
22	IPCA-15	IBGE
	Sondagem do Consumidor	FGV
23	Caged – Data estimada	Caged
	IPC-S Q3	FGV
	Sondagem do Comércio	FGV

SUMÁRIO ECONÔMICO

Ano XXXVII, nº 1.585, Agosto, 2019

Área responsável: Divisão Econômica

Editor responsável: Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Redação técnica: Divisão Econômica – de@cnc.org.br

Projeto gráfico: Gecom

Diagramação: Gecom

Revisão: Alessandra Volkert

As últimas edições desta publicação estão disponíveis na íntegra no endereço www.cnc.org.br, na área Publicações – Periódicos (Economia).